

WASHINGTON NOVAES

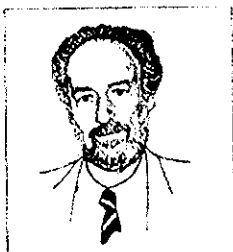
Meio ambiente e utopia

No artigo da semana passada, iniciou-se aqui um exame das primeiras e promissoras intenções anunciadas pela futura ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Mas não houve espaço para alguns outros pontos.

O primeiro deles está num terreno em que a senadora pisa com firmeza, dada sua condição de amazônica: o das políticas para a área de floresta tropical. Tudo o que ali acontece, disse ela, "tem consequências do ponto de vista global".

Melhor que ninguém, a senadora sabe quanto será difícil. A começar pela necessidade de reduzir rapidamente o desmatamento na área, ainda na casa dos inadmissíveis 16 mil quilômetros quadrados anuais. Mas sem uma estrutura de fiscalização capaz de exigir o cumprimento da lei numa área de 3,7 milhões de quilômetros quadrados, onde a extração anual de 28 milhões de metros cúbicos de madeira (80% ilegais, estima-se) responde por 8% das exportações, 4% do PIB nacional, 2 milhões de empregos. Ainda parecemos longe de soluções, apesar do avanço da certificação e do manejo florestal (embora neste último cause estranheza a dispensa total de manutenção de reserva legal).

É curioso que o País não se convença, em grande parte, de que a floresta tropical só sobreviveu a cinco séculos de tentativas de exploração exatamente por ser radicalmente diversa das outras áreas do País e inviável para as formas de exploração econômica nestas implantadas. A Amazônia exigirá novos formatos, diversificados segundo os vários subsistemas presentes. Que passarão exatamente pelo uso sustentável da biodiversidade, em seus múltiplos ângulos – fruticultura, biotecnologias farmacêuticas, alimentares e que produzam substitutos para materiais que se esgotam (como os derivados do



A futura ministra não faltarão desafios – nem força, competência e ânimo

petróleo). O recém-inaugurado Centro de Biotecnologias da Amazônia é uma forte esperança. Talvez o manejo florestal certificado. Mas os caminhos passarão também pela conservação pura e simples, associando-a à geração de postos de trabalho.

A região não poderá continuar sendo o desaguadouro de grande parte das consequências do desemprego em várias áreas e das desigualdades regionais, com vastos contingentes do Nordeste e de outras partes do País ali buscando, em formas insustentáveis (garimpo, madeira ilegal, invasão de áreas indígenas etc.) uma solução para seus dramas.

Da mesma forma, serão necessárias definições urgentes em questões relacionadas com as emissões de gases do efeito estufa em função do desmatamento, das queimadas e das mudanças no uso da terra. Já são essas as principais causas das emissões do Brasil. E a pressão internacional cresce, inclusive com o temor de que, com o avanço do desmatamento (para o qual contribuiriam fortemente os projetos do Avança Brasil), se reduza fortemente a retenção de carbono na área, com consequências indesejáveis nas mudanças climáti-

cas globais.

Outra forte preocupação – que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Agência Nacional de Águas começam a pesquisar – é quanto a possíveis influências do desmatamento e das mudanças no uso da terra no regime hidrológico da área. Uma possível confirmação de efeitos negativos – por exemplo, redução de fluxo – na maior reserva hidrográfica teria repercussão negativa no mundo todo.

Embora a futura ministra tenha tomado posição com clareza na questão dos transgênicos e o futuro ministro da Agricultura se declare a favor de "estudos exaustivos sobre os riscos para o meio ambiente e a saúde" antes de liberá-los para o plantio e o comércio, permanece o temor de que se continue, no próximo governo, com a mesma ambigüidade nessa questão que caracterizou a administração que finda. Porque o ministro da Agricultura declara que já há questões exigindo definições mais rápidas, em função do plantio ilegal de variedades transgênicas e da falta de milho para rações. E diz que "não podemos deixar de ouvir o mercado". Que mercado? O panorama precisa ficar mais claro.

No âmbito da própria administração central, poderia ser muito interessante se a futura gestão ambiental decidisse retomar os estudos sobre a chamada contabilidade ambiental, a avaliação de custos em cada atividade. Como a ministra se de-

clara empenhada em utilizar instrumentos econômicos na gestão ambiental, pode ser um caminho muito fértil.

Será indispensável, igualmente, conseguir no futuro governo que o ministério tenha uma participação mais expressiva no orçamento federal. Como cumprir tantas obrigações com menos de meio por cento do orçamento total e ainda com a maior parte de seus recursos para investimento contingenciada todo ano?

Declara a futura ministra que "o desafio da insustentabilidade tem de ser colocado no mesmo nível das utopias da humanidade". Tem toda a razão. Mas enfrentará graves dilemas logo de saída, já que nossos economistas e outros estudiosos colocam todas as esperanças imediatas do País no crescimento econômico puro e simples – sem considerá-lo à luz dos estudos que apontam um consumo global, hoje, já superior em mais de 20% à capacidade de reposição da biosfera. Como crescer, utilizando cada vez mais recursos e serviços naturais, quando já estamos além do possível (os relatórios mostram que o Brasil também já tem consumo superior à capacidade média de reposição). Como não pensar em crescer, se ainda temos um terço da população abaixo da linha de pobreza e precisamos aumentar seu consumo (no mundo, são quase 50% da humanidade, dos quais 800 milhões passam fome). Como conseguir mudanças nos padrões globais de produção e consumo? Que fazer para que 80% dessa produção e desse consumo, assim como 80% da renda, deixem de se concentrar nos países industrializados, onde vivem menos de 20% da população mundial?

Não faltarão desafios à futura ministra – a começar pelo de conseguir que no centro da estratégia do País esteja a escassez global de recursos e serviços naturais. Mas não faltarão, com certeza, força e competência a quem passou pelo que ela passou, quem superou e supera a cada dia problemas que levavam muitos a desanimar.

